

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH
Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em R\$

Table with columns: Ativo, Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Adiantamento a fornecedores, Despesas Antecipadas, Outros créditos, Não Circulante, Imobilizado líquido, Intangível líquido, TOTAL DO ATIVO. Includes sub-totals for 2017 and 2016.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTÁBEIS) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Unidade de Pronto Atendimento e Pronto Atendimento Infantil Santa Paula, da Prefeitura de Ponta Grossa (PR), funcionam 24h por dia e são voltados para atendimentos de urgência e emergência, com pediatras, clínicos, enfermeiros para um atendimento de qualidade e eficiência aos usuários, com base no Protocolo de Manchester, que classifica o grau de problema. Na unidade também estão disponibilizados exames laboratoriais, raios-x, aplicação de medicamentos, inalações e eletrocardiograma. b) Contrato de Gestão: A Unidade de Pronto Atendimento e Pronto Atendimento Infantil Santa Paula é administrada desde 1º de julho de 2014, por meio do contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde entre a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH CNPJ - 23.453.830/0001-60, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente e filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 67.916, publicado no DOU em 22/11/1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969, declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416, Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, renovado em 2015 através da Portaria SAS - MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017. Protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018 pelo Ministério da Saúde. 2. Aparentações das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009, com os pronunciamentos e suas respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que, incluídas na legislação brasileira, são denominadas práticas adotadas no Brasil, assim como a Resolução 1.409/2012, que aprovou a NBC ITG 2002, a Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda de valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço de mercado. c) Ativo Imobilizado de gestão pública: Os imobilizados são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzindo de depreciação acumulada, sendo calculado pelo método linear e leva em conta o período de vida útil e econômica do bem. d) Ativo intangível de gestão pública: Os intangíveis refletem os custos com direitos de uso de software. E estão sendo amortizados a taxas lineares. e) Apropriação do resultado do exercício: As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. f) Provisão para férias e encargos: Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos sociais até a data do balanço. g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade. Os passivos são reconhecidos quando a Entidade possui a obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Referidos ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Nas transações de 2017 não houve operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se dessem ser ajustadas a valor presente. i) Patrimônio líquido: O Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação da assembleia geral ordinária.

Table with columns: Descrição, 2017, 2016. Rows: Caixa, Banco conta movimento, Aplicações financeiras de liquidez imediata.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa: Descrição, 2017, 2016. Caixa, Banco conta movimento, Aplicações financeiras de liquidez imediata. 4. Contas a Receber: Referem-se aos valores a receber conforme contrato número 422/2014 com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa referente serviço de gestão da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Santa Paula. Descrição, 2017, 2016. Contrato número 422/2014 - PM Ponta Grossa. 5. Imobilizado: Maquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Equip. de Informática, Aparelhos de Medicina. Valor Líquido Contábil, Saldo Inicial, Depreciação, Saldo Final, Saldo Inicial, Adições, Depreciação Ajustada, Saldo Inicial. 6. Intangível: Valor Líquido Contábil, Saldo Inicial, Depreciação, Saldo Final, Saldo Inicial, Depreciação Ajustada, Saldo Inicial. 7. Fornecedores: Descrição, 2017, 2016. Fornecedores Diversos, Fornecedores de Serviço, Honorários Médicos PJ. 8. Obrigações Trabalhistas: Descrição, 2017, 2016. Obrigações trabalhistas, Provisão férias, Provisão PIS s/férias, Provisões FGTS s/férias. 9. Outras Obrigações: Descrição, 2017, 2016. Água, Contas a Pagar, INDSH - Sede Administrativa.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluto, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 21 de março de 2018. Planners Auditores Independentes - CRC SP, nº 2SP 14.712/O-2 Fabio de Farias Vieira-Contador CRC ISP 218.852/O-0-Auditor Independente - CNAI 2.452

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - EM R\$

Table with columns: Descrição, Nota, 2017, 2016. Rows: Receitas, Receitas prestadas pacientes SUS, Despesas, Pessoal e encargos, Serviços de terceiros, Materiais e medicamentos, Impostos, taxas e contribuições, Depreciação/amortização, Despesa - renúncia fiscal, Receita - renúncia fiscal, Despesas financeiras, Receitas financeiras, Deficit do Exercício.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em R\$

Table with columns: Evento, 2017, 2016. Rows: Fluxos das atividades operacionais, Aumento/redução do exercício, Depreciação/amortizações, Ajuste do exercício anterior, Total do ajuste líquido.

VARIÁVEIS QUE CIRCULAM NAS CONTAS DE ATIVO E PASSIVO

Table with columns: Descrição, 2017, 2016. Rows: Deficit do exercício, Aumento/redução de estoques - circulante, Aumento/redução das Desp. Do Exercício Seguinte, Aumento/redução de fornecedores, Aumento/redução de obrigações trabalhistas, Aumento/redução de obrigações sociais, Aumento/redução de obrigações tributárias, Aumento/redução de outras obrigações.

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10. Isenções Usufrúicas: Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano não distribui parcela de seu patrimônio, ou de seus rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de sua receita e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da CONTRIBUIÇÃO PATRONAL sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e a volta da COFINS estão demonstrados e contabilizados, como se devida fosse.

Table with columns: Descrição, 2017, 2016. Rows: Isenção das contribuições previdenciária, COFINS.

Para subjeção da isenção da Contribuição Patronal devida ao INSS, Decreto nº 8.242/2014, o Instituto está sujeito à comprovação da oferta de todos os seus serviços aos N, no percentual mínimo de 60%. 11. Provisões para Contingências: O Instituto discute ações na esfera judicial e julga não ser necessário o reconhecimento de provisões para contingências, pois conforma parecer dos assessores jurídicos, não há ações cuja probabilidade de perdas são prováveis de ocorrer. Estimase o montante de 40.000 em ação trabalhista, cuja probabilidade de perda é possível. 12. Seguros: O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventos sinistros.

Table with columns: Descrição, 2017, 2016. Rows: Ponta Grossa/PR, 31 de dezembro de 2017. Juliano Pizetta Steurer, Diretor Executivo, CPF: 978.032.000-87. Angelica Cristina P. da Luz, Contadora, CRC PR 070.524/O-0.

39822/2018

A história do Paraná passa por aqui.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

